

HENRIQUE VIII

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Divino José da Silva

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Paulo Celso Moura

Ricardo D'Elia Matheus

Sandra Aparecida Ferreira

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

GEORGES MINOIS

HENRIQUE VIII
SUBTÍTULO

TRADUÇÃO
NÍCIA ADAN BONATTI



Henry VIII, de Georges Minois

© 1989 Librairie Arthème Fayard

© 2022 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

M666h Minois, Georges

Henrique VIII / Georges Minois; traduzido por Nícia Adan Bonatti. – São Paulo: Editora Unesp, 2022.

Tradução de: *Henri VIII*

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-143-7

1. Biografia. 2. Henrique VIII. I. Bonatti, Nícia Adan. II. Título.

2022-2162

CDD 920

CDU 929

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

AOS MEUS FILHOS
YVES, GAËL, YANN. GWEEN

LIVE WE HOW WE CAN, YET DIE WE MUST.
SHAKESPEARE, HENRIQUE VI, PARTE III, II, 5

HIS PROMISES WERE, AS HE THEN WAS, MIGHTY;
BUT HIS PERFORMANCE, AS HE IS NOW, NOTHING.

Shakespeare, Henrique VIII, IV, 2

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE O JOVEM PREMIER (1491-1515)

I. A NOVA DINASTIA 3

Os frágeis direitos dos Tudors; Prestígio real intacto; O enfraquecimento da nobreza e da igreja; O parlamento: Limite e instrumento do poder real; O rei e seu Conselho: Amplas possibilidades de ação

II. PAI E FILHO..... 33

Nascimento do príncipe Henrique. Seus primeiros títulos; Primeiros contatos com a torre e a justiça real; Questões matrimoniais; A educação do Príncipe de Gales; Henrique VII e a Marinha; Henrique VIII e o dinheiro

III. OS PRAZERES E A GLÓRIA (1509-1514) 61

O rei; Os prazeres; O governo do reino; Guerra ou paz? O rei contra seus conselheiros; Inícios infelizes: 1511 e 1512; O Ano Glorioso: 1513 (Guinegate e Flodden); O retorno das alianças

SEGUNDA PARTE O REINADO DE MESTRE THOMAS WOLSEY (1515-1529)

IV. O CARDEAL WOLSEY E OS FRACASSOS DA POLÍTICA EXTERIOR (1415-1517) 95

A irresistível ascensão de Thomas Wolsey; Cardeal-ministro; A conservação do poder, finalidade última de sua política; Sua política externa: ser o árbitro da Europa; 1515: A Europa troca os jovens governantes; As desventuras de 1516 e 1517

V. ÁRBITRO DA EUROPA E DEFENSOR DA FÉ (1518-1522)..... 119

O Tratado de Londres (outubro de 1518), o triunfo pessoal de Wolsey; Henrique VIII candidato ao Império e suas veleidades de trabalho (1519); O fracasso eleitoral e o projeto de Cruzada (maio-dezembro de 1519); 1520: o ano das entrevistas; A execução de Buckingham; O defensor da fé; As negociações de Calais (verão de 1521); As diferenças entre o rei e Wolsey e o retorno da guerra

VI. MANOBRAS DIPLOMÁTICAS E MATRIMONIAIS**(1522-1527)..... 151**

As decepções da política externa (1522-1524); Pavia e os planos de Henrique VIII (1525); A aproximação com a França e a nova preocupação de Wolsey (1526-1527); Ana Bolena, os escrúpulos e a diplomacia do rei; Os argumentos a favor da anulação do casamento; Os argumentos contra a anulação do casamento; O terceiro caminho

VII. A LUTA PELO DIVÓRCIO E A QUEDA DE**WOLSEY (1527-1529) 181**

Planos do rei e planos de Wolsey para a anulação do casamento; As hesitações do papa; A missão do cardeal Campeggio; O novo plano do rei; Os debates de Westminster (junho-julho de 1529); A queda de Wolsey (outubro-novembro de 1529); Thomas More, novo chanceler, e o fim de Wolsey

TERCEIRA PARTE**O CORAÇÃO DO REINO: DIVÓRCIO E SUPREMACIA (1530-1539)****VIII. HUMANISMO E RENASCENÇA NA INGLATERRA****DE HENRIQUE VIII..... 211**

A modesta influência do Humanismo na Inglaterra Thomas More; Colet, Grocin, Linacre e Erasmo; O problema da educação e da impressão; Mediocridade da produção literária; Uma arquitetura original, pouco afetada pela Renascença; Música e pintura. Holbein e os retratos do rei

IX. A OFENSIVA CONTRA ROMA E O**CLERO INGLÊS (1529-1532) 243**

Anticlericalismo e oposição a Roma na Inglaterra; Henrique VIII e as ideias de reforma religiosa; Os primeiros ataques (1529-1530); Os argumentos a favor da supremacia; Thomas Cromwell; As manobras reais de 1531; A ofensiva de 1532 contra o clero

**X. O REI, CHEFE SUPREMO DA IGREJA
DA INGLATERRA (1533-1535) 279**

A anulação do casamento (maio de 1533); A ruptura com Roma (julho-novembro de 1533); A virgem de Kent; As leis de 1504; A teoria henriqueista; A religião henriqueista como agente do despotismo; Os ingleses e a supremacia real. Execução de Fisher e de More

**QUARTA PARTE
O DÉSPOTA E SEU REINO (1540-1547)**

**XI. A PRIMEIRA QUEDA DOS MONASTÉRIOS E AS
RESISTÊNCIAS À POLÍTICA REAL (1535-1539) 317**

Os mosteiros segundo a investigação de 1535; Dissolução de mosteiros de menos de 200 libras (1536); Execução de Ana Bolena e novo casamento com Jeanne Seymour (1536); Os dez artigos. Impopularidade de henrique; A peregrinação da graça; As incertezas de 1538

XII. A INGLATERRA DE HENRIQUE VIII 351

Prosperidade geral do reino; O meio rural. As cercas; O ambiente urbano. As guildas. O comércio exterior; Londres; Administração e justiça; “O pai da marinha inglesa”; A unificação administrativa do reino

**XIII. O DESPOTISMO RELIGIOSO, POLÍTICO E
MATRIMONIAL (1539-1543) 377**

Os seis artigos e a rejeição do protestantismo; Os seis artigos e a rejeição do protestantismo; A dissolução dos grandes mosteiros; A dilapidação dos bens monásticos; Ana de Cleves; A queda de Cromwell; Catarina Howard; O problema escocês (1542-1543); Catarina Parr

XIV. OS ÚLTIMOS COMBATES (1544-1547) 411

A campanha de 1544; O alerta de 1545; A paz de Ardres e as complicações diplomáticas do final do reinado; Os problemas financeiros; As últimas convulsões religiosas; Os últimos atos de despotismo; A morte do rei

CONCLUSÃO 439

ANEXOS 443

FONTES E BIBLIOGRAFIA	451
TABELAS MAPAS.....	461
INDICE ONOMÁSTICO	463

PRIMEIRA PARTE

O JOVEM *PREMIER* (1491-1515)

A NOVA DINASTIA

Em 22 de agosto de 1485, no coração das Terras Médias, perto da pequena cidade de Bosworth, foi travada uma batalha que determinaria o futuro da Inglaterra. Seria o ato final na interminável Guerra das Duas Rosas, que durante trinta anos colocou a família da rosa branca, York, contra a família da rosa vermelha, Lancaster, pela posse do trono. No campo de batalha estavam os dois últimos concorrentes: de um lado Ricardo III, rei da Inglaterra, 33 anos, o filho mais novo de Ricardo de York e o presumível assassino de seus dois sobrinhos; do outro lado, Henrique Tudor, 28 anos, um galês cuja complicada genealogia justificava, o melhor que podia, as últimas alegações de Lancaster.

Henrique Tudor tinha vivido exilado na França até então. Sua pequena expedição, que poderia ser considerada bastante arriscada, partiu da Normandia: 2 mil homens, mercenários da pior espécie, a maioria bretões e normandos, embarcaram no dia 1 de agosto em meia dúzia de navios na foz do rio Sena. No dia 7, a pequena tropa aportou em Milford Haven, num braço

de mar no sudoeste do País de Gales, perto da terra natal de Henrique, Pembroke. De lá, o Tudor marchou para o leste para se encontrar com Ricardo. Ao longo do caminho, o seu exército tinha inchado com contingentes galeses que se tinham juntado ao filho nativo, de modo que na manhã de 22 de agosto já contava com cerca de 5 mil homens.

Do outro lado, Ricardo comandava o dobro de pessoas e estava em uma posição vantajosa. Sendo um guerreiro formidável, ele podia desprezar a ralé celta heteróclita que veio desafá-lo. Apesar disso, estava inquieto, pois sabia que uma parte da nobreza que o seguia estava pronta para mudar de lado ao menor sinal de fraqueza de suas armas. Em particular, a lealdade do poderoso duque de Northumberland (Nortúmbria) era mais do que hesitante.

A batalha foi sangrenta. Ricardo perdeu tudo por uma infeliz ousadia: cercado apenas pelos cavaleiros de sua comitiva, tentou romper a linha inimiga para alcançar Henrique. No momento decisivo, Northumberland recusou-se a apoiá-lo e o rei foi morto. Ele foi enterrado no convento franciscano da cidade vizinha de Leicester. Meio século depois, quando os mosteiros foram dissolvidos, seu túmulo foi destruído e seu corpo foi atirado ao rio. Um fim miserável para a outrora magnífica rosa branca.

OS FRÁGEIS DIREITOS DOS TUDORS

Imediatamente coroado rei sob o nome de Henrique VII, o vencedor foi, no entanto, apenas o representante de uma rosa cujo vermelho havia empalidecido. Os títulos de Henrique Tudor para sucessão dos Lancaster e do reino pareciam incertos. Considerando apenas a genealogia, os direitos de Ricardo ao trono da Inglaterra eram muito superiores aos seus. O perdedor de Bosworth era, de fato, irmão do último rei, Eduardo IV, e filho do duque de York, Ricardo, que foi neto de Edmundo, duque de York, pelo lado de seu pai Ricardo, e tataraneto de Lionel, duque de Clarence, por parte de sua mãe, Anne Mortimer. Lionel e Edmundo foram, respectivamente, o segundo e quarto filhos de Eduardo III, o vencedor de Crécy, que morreu em 1377. Quanto a Henrique Tudor, era descendente do terceiro filho de Eduardo III, João de Gante, duque de Lancaster, que antes do casamento havia tido um filho com Catarina Swinford, João Beaufort. Mas este filho tinha sido

legitimado por Ricardo II, com confirmação pelo Parlamento, e depois por Henrique IV, em 1407, mediante uma reserva sobre seus direitos à coroa.

João Beaufort tinha tido um filho, João, duque de Somerset, que por sua vez tinha tido uma filha, Margarete Beaufort, mãe de Henrique Tudor. Do lado de sua mãe, os Tudor só eram parentes dos Lancaster por um fio duvidoso; e mais ainda, ele só era parente do terceiro filho de Eduardo III, enquanto Ricardo era descendente do segundo.

Do lado do seu pai, as origens do novo rei eram ainda mais estranhas. Seu pai, Edmundo Tudor, duque de Richmond, era filho de Jasper Tudor, duque de Pembroke, que era o filho mais novo da viúva do rei Henrique V de Lancaster, Catarina. Esta última tinha casado em segredo novamente com um guardião do seu guarda-roupa, o sedutor galês Owen Tudor. Devido à impropriedade de tal casamento, explica-se porque ele permaneceu em segredo durante muito tempo. Após a morte de Catarina em 1437, Owen foi preso por ordem do Conselho Real, depois libertado em 1439; lutou pelos Lancaster na Guerra Civil e foi executado após a vitória dos York. Ele veio de uma família nobre em Anglesey, noroeste do País de Gales, um baluarte da resistência celta, diante da monarquia anglo-normanda.

Hereditariedade, portanto, só daria a Henrique VII direitos muito questionáveis à coroa. Além disso, sua história pessoal revelava a fragilidade de sua posição. Ele nascera no castelo de Pembroke em 28 de janeiro de 1457, de uma mãe de 14 anos e um pai morto e fora criado nas fortalezas galesas pelo seu tio Jasper. Em 1468, com o País de Gales novamente conquistado, a criança de 11 anos caiu nas mãos de lorde Herbert, que logo se tornou o novo Duque de Pembroke. Dois anos mais tarde, seu tio libertou-o e enviou-o para a Bretanha, para os celtas do outro lado do Canal da Mancha, para fugir da família York, que estava recuperando o poder. Até 1484, ele viveu no ducado da Bretanha, sob a proteção do Rei Francisco II, até Ricardo III exigir sua prisão. Henrique conseguiu escapar sob um disfarce e ganhar Anju. Os Beaujeu, que então governavam na França e que favoreciam qualquer coisa que pudesse prejudicar o rei da Inglaterra, emprestaram-lhe 60 mil libras para equipar a sua pequena frota e facilitaram o recrutamento de 2 mil mercenários liderados por Philibert de Chandée.

Entretanto, o Tudor, mais do que sua magra força e direitos questionáveis, poderia contar com as divisões do partido de York. Ricardo III tinha se

indisposto contra parte da nobreza. A partir de 1483, uma trama tinha reunido o duque de Buckingham, Morton, bispo de Ely, a família Courtenay, e a mãe de Henrique, que havia tornado a se casar com lorde Stanley. Os revoltados, entre outras coisas, planejavam promover o casamento de Henrique Tudor, herdeiro das ambições lancastrianas, e Elizabeth, filha de Eduardo IV e sobrinha de Ricardo III, herdeira dos direitos à coroa da família York: o casal teria, assim, reunido as duas rosas. A ideia teve o apoio das principais personalidades yorkistas: além de Buckingham, Elizabeth Woodville, viúva de Eduardo IV, seu irmão Eduardo Woodville, e seu filho, o marquês de Dorset. Quando a trama foi abortada, os líderes se juntaram a Henrique na Bretanha, e no dia de Natal de 1483, na catedral de Rennes, o Tudor e seus novos aliados fizeram um juramento de lealdade mútua. Henrique prometeu se casar com Elizabeth assim que tivesse conquistado o trono.

Henrique tinha importantes apoios entre a aristocracia inglesa. Muitos chefes de família, a quem o temor mantinha aparentemente no partido do rei, estavam prontos para se aliarem ao dragão galês. Bastava que o pretendente se mostrasse pessoalmente capaz de arrebatá-los. Ele provou ser capaz de vencer na batalha de Bosworth, e na própria noite de 22 de agosto de 1485 lorde Stanley sacramentou seu genro com a coroa da Inglaterra, recuperada em um arbusto não muito longe do corpo de Richard. Henrique VII foi aclamado rei da Inglaterra pelas suas tropas vitoriosas: o direito de conquista foi a sua mais forte justificação. O novo governante e a sua comitiva adornariam o seu sucesso com um quadro legal e teorias, mas a dinastia Tudor devia seu acontecimento ao sucesso pessoal de um homem que soubera tirar partido de circunstâncias favoráveis.

Embora Henrique VII tenha sido capaz de explorar habilmente a situação, nem tudo foi fácil. A morte de Ricardo foi uma oportunidade inesperada, uma vez que decapitara o puro partido yorkista e tornara improvável a continuação da guerra civil. Ainda havia alguns sobressaltos, pois os descendentes de York incluíam muitos rebentos que tentaram sua sorte, mas Henrique VII e Henrique VIII irão eliminá-los um após o outro. Assim, o irmão de Ricardo III, o duque de Clarence, deixou um filho, Eduardo, duque de Warwick, e uma filha, Margarete. Eduardo, com 10 anos de idade em 1485, foi preso na Torre de Londres durante catorze anos e executado em 1499, sob o pretexto de cumplicidade com a revolta de Perkin Warbeck em York. Margarete

encontrou o mesmo destino em 1541; seu filho mais velho, Henrique Pole, tinha sido executado três anos antes, enquanto o mais novo, Reginaldo, cardinal Pole, se opôs ferozmente a Henrique VIII.

Ricardo III também teve uma irmã, Elizabeth, que casou com o Conde de Suffolk, João da Polo. Dos seus três filhos, o mais velho, João, foi morto na Batalha de Stoke em 1487, enquanto participava de outra revolta yorkista, a de Lambert Simnel; o segundo, Edmundo, foi preso na Torre e executado em 1513, enquanto o terceiro, Ricardo, foi morto na Batalha de Pavia em 1525. Finalmente, o último neto de Eduardo IV, Henrique, Marquês de Exeter, e um bisneto do Duque de Clarence, foram executados em 1538 e 1557. Desapareceriam assim os últimos membros da família York. O fato de terem sido caçados por mais de setenta anos depois de Bosworth, mostra que ainda preocupavam a família Tudor. Várias rebeliões tentaram restaurá-los no poder, e o rei usou isso como pretexto para mandar decapitar um pretendente a cada vez. As crises mais graves foram as de 1487, que culminaram na Batalha de Stoke, e as de 1491-1497, lideradas por Perkin Warbeck. Foi só no final do século XV que a dinastia Tudor finalmente pareceu estar assegurada do trono.

PRESTÍGIO REAL INTACTO

Nessa altura, ninguém apreciava a importância de Bosworth. A *Crônica de Landres*, contemporânea dos acontecimentos, mal menciona a batalha, em meio à ladainha de nomeações de prefeitos e xerifes, execuções e epidemias, como se a batalha tivesse sido apenas mais uma parte da Guerra das Duas Rosas. Desde a remoção de Ricardo II, em 1399, houve tantas derrotas de monarquias e tantos reinos efêmeros que a proclamação de Henrique VII foi recebida com indiferença pela população. A guerra civil continuava a ser um problema aristocrático, um ajuste de contas entre famílias nobres. York ou Lancaster? As pessoas do campo não se importavam. Quanto às cidades, apressavam-se a aplaudir o vencedor, desejando acima de tudo evitar problemas e continuar os negócios. Independentemente da cor da rosa, os impostos continuavam os mesmos, e as instituições não mudavam. Nenhuma ideologia estava em jogo. A única coisa que variava era o brasão dos senhores

do momento, visíveis sobre os escudos desses terríveis cavaleiros de ferro ou nas librés de seus servos insolentes. Em Londres, o prefeito se esforçava para manter a calma, e a *Crônica* descrevia sem malícia como as corporações, com dezoito dias de intervalo, fizeram uma festa para Ricardo III partindo para a guerra e outra para seu vencedor que chegava do campo. A mesma atitude prevalecia em outras cidades: Norwich enviava homens para os dois partidos, e York se esforçava para manter os exércitos a uma boa distância de seus muros.

Apesar dos ruídos das batalhas e dos tronos que desmoronavam, a vida econômica do país continuava, apenas um pouco perturbada. Nada havia de comparável ao confronto entre os Armagnac e os Bourguignon na França do início do século XV. As cidades sofriam relativamente pouco; o campo sem dúvida um pouco mais, devido à passagem dos exércitos, mas estes eram poucos: não havia mais de 15 mil homens em Bosworth. O povo comum não estava envolvido na Guerra das Duas Rosas. Mantidos à distância, ele contava os golpes. A batalha foi feroz e impiedosa, com seu cortejo de assassinatos e de hecatombes bélicas, que forneceriam material para os dramas shakespearianos. A aristocracia foi praticamente a única vítima. “E assim, de minha memória, diz Commynes, morreram nestas divisões da Inglaterra cerca de oitenta homens da linhagem real da Inglaterra, dos quais uma parte eu conheci [...]. a Inglaterra desfrutava dessa graça particular sobre os outros reinos: nem o país, nem o povo, nem as casas foram devastadas, destruídas ou demolidas, mas as calamidades e os infortúnios da guerra caíram principalmente sobre os soldados e, particularmente, sobre a nobreza.”

Entretanto, o país estava cansado desses combates que, embora produzissem relativamente poucos danos, mantinham uma incerteza nefasta, particularmente na área vital das exportações de lã para o continente. O Duque de Borgonha apoiava os York, o rei da França os Lancaster, e a alternância das duas casas no poder levava a dificuldades comerciais com a Flandres. Os comerciantes de Londres, de Norwich, de Ipswich, os criadores de ovelhas, os importadores de vinho da Guiana aspiravam à estabilidade política. A nova monarquia usará esse fator para consolidar sua posição. Apesar das recentes convulsões, o prestígio da monarquia permanecera intacto, e o povo inglês, em que pesem as querelas dinásticas, estava preparado para apoiar o detentor da coroa, qualquer que fosse ele.

Característica desse estado de espírito é a frase que o conde de Surrey, Thomas Howard, feito prisioneiro em Bosworth, teria proferido para o novo soberano: “Ricardo foi meu rei coroado, e se a autoridade do Parlamento da Inglaterra tivesse coroado um bastão, eu lutaria por esse bastão; e como lutei por ele, assim lutarei por vós, quando fordes investido pela referida autoridade”. Em contraste com a monarquia francesa, a continuidade dinástica não é o único elemento de legitimidade na Inglaterra; aos olhos do povo, ela até parece, pode-se dizer, secundária. A verdadeira garantia de poder é dada pelo assentimento do Parlamento. É neste sentido que o grande jurista do século XV, John Fortescue, havia afirmado que a monarquia inglesa não era absoluta. O rei, uma vez instalado, gozava de enormes poderes, mas precisava do assentimento inicial do Parlamento. Todos os governantes efêmeros do período anterior, incluindo o último, Ricardo III, tinham tido o cuidado de ratificar sua tomada de poder pela ilustre assembleia. Por sua vez, Henrique VII se apressou em também fazê-lo: apenas 12 dias após sua entrada solene em Londres, em 3 de setembro de 1485, ele convocava seu primeiro Parlamento.

Este último reuniu-se em 7 de novembro. O rei fez um discurso no qual proclamou seu direito ao trono por herança e pelo julgamento de Deus, manifestado no resultado da batalha. Tais reivindicações eram comuns há um terço de século. O presente caso, no entanto, parecia mais espinhoso que os precedentes. Já vimos a extrema fraqueza dos argumentos dinásticos da família Tudor; deve-se acrescentar que Henrique estava sob uma condenação solene lançada por esta mesma instituição parlamentar durante o reinado anterior; e apenas um rei coroado tinha o direito de convocar o Parlamento. Nadava-se em plena ilegalidade, e foi por isso que o projeto de lei apresentado na assembleia era baseado unicamente no reconhecimento do fato consumado. Os Lordes e os Comuns deveriam reconhecer que “para satisfação de Deus Todo-Poderoso, da riqueza, da prosperidade e da segurança do reino, do bem-estar de todos os súditos do rei e da eliminação de toda a ambiguidade, seja ordenado, estabelecido e aplicado pela autoridade do atual Parlamento, que a herança das coroas dos reinos da Inglaterra e da França [...] esteja, repouse e permaneça na real pessoa do nosso novo senhor, rei soberano Henrique sétimo e nos herdeiros do seu corpo em perpetuidade [...] e em nenhum outro”.

Segundo a fórmula consagrada, o rei, com o acordo dos senhores espirituais e temporais, e a rogo dos comuns, dá em francês seu assentimento: “*Le roy le voet en toutz pointz*”. O nascimento da nova dinastia marcava o triunfo do espírito prático: um fora da lei, descendente de uma obscura família galesa e do caçula legitimado do terceiro filho de Eduardo III, foi proclamado rei da Inglaterra por um Parlamento que ele não tinha o direito de reunir. Mas tinha a seu favor duas forças superiores à lei: ele era vitorioso e todo o país ansiava pela paz. A Lei de 1485 iria legitimar 118 anos de monarquia Tudor, que nem mesmo os problemas matrimoniais de Henrique VIII conseguirão perturbar.

Para estabelecer sua legitimidade, Henrique imediatamente assegura os direitos da família York à coroa, que eram muito mais sólidos que os seus – na pessoa de Elizabeth, filha de Eduardo IV e sobrinha de Ricardo III. Ela, porém, era sua parente distante; o casamento não poderia acontecer sem uma licença papal, um processo que se tornaria uma mania de família. Desta vez não houve problema: em novembro, Henrique obteve uma licença do núncio apostólico na Inglaterra, o bispo de Imola, e sem esperar pela confirmação de Inocêncio VIII – que só assinaria a bula em 6 de março de 1486 –, casou-se com Elisabeth no dia 18 de janeiro. Em 27 de março, o Papa acrescentou mais uma bula, confirmando o título real de Henrique e ameaçando com a excomunhão aqueles que se rebelassem contra ele. Ao fazê-lo, Roma mostrava sua confiança no rei e acrescentava sua autoridade espiritual – que sempre poderia servir para defender o rei – ao arsenal heteróclito das justificações do Tudor.

Apressado para acumular promessas de lealdade para com a sua família, Henrique VII imediatamente gerou um filho, que nasceu quase exatamente nove meses depois de seu casamento, no dia 20 de setembro de 1486, em Winchester. De uma forma muito apropriada, o príncipe de Gales foi recebido o nome em homenagem ao herói bretão, símbolo da valentia, Arthur. Nele, as duas rosas estavam enfim reunidas.

O ENFRAQUECIMENTO DA NOBREZA E DA IGREJA

Precisava ainda, para consolidar as bases da monarquia, operar a união da turbulenta aristocracia inglesa. Os líderes do partido yorkista estavam

dizimados: Ratcliff, Brackenbury, Ferrers, Catesby, Norfolk, haviam morrido em Bosworth; Lovell e Lincoln haviam desaparecido; Northumberland e Surrey estavam presos. Henrique usou contra os ex-partidários de Ricardo uma mistura bem doseada de severidade e clemência: ele primeiro fez o Parlamento aprovar uma lei afirmando que todos aqueles que tinham lutado contra ele em Bosworth eram rebeldes, deixando a ameaça geral de exílio e execução, o que lhe permitiu em seguida conceder indultos individuais com generosidade. Northumberland e Surrey foram libertados; outros obtiveram perdões totais ou parciais. O núcleo dos fiéis foi amplamente recompensado, castelos reais mudaram de mãos, títulos foram distribuídos: Stanley tornou-se conde de Derby, Pembroke, duque de Bedford, Courtenay, conde de Devon, uma dúzia de senhores com direito a portar bandeira (e ter uma divisão de cavaleiros para combate) foram criados, postos administrativos e financeiros foram distribuídos. O rei sentiu que tinha a situação tão sob controle que dispensou seus mercenários estrangeiros e manteve apenas uma magra guarda permanente de cerca de cinquenta homens: os arqueiros, chamados *yeomen of the guard*. Estes, encarregados de guardar sua pessoa, foram por vezes usados para dispersar os raros motins londrinos do final do século. Com os poucos canhoneiros da Torre de Londres, que servia ao mesmo tempo como arsenal e prisão, formaram o único exército permanente de Henrique VII.

Apesar disso, a nova dinastia não estava imune às revoltas e aos complôs. As perturbações, que ocorreram até os primeiros anos do século XVI, explicam a cautela dos reis estrangeiros em relação ao Tudor. Trinta anos de guerra civil haviam consideravelmente desfalcado as fileiras da nobreza e enfraquecido os sobreviventes, mas ainda constituíam uma força com a qual se deveria contar. Execuções, confiscos, exílios, extinção de linhagens diretas haviam sido compensados por outros por dons, recompensas, heranças, usurpações e favores reais. Os soberanos frequentemente precisaram conceder uma autoridade suplementar aos principais feudais de seu partido. A justiça real era entravada, às vezes com sucesso, pelas justiças senhoriais. Principalmente no Norte, as cortes baroniais dos grandes senhores feudais haviam se tornado quase independentes, desfrutando das antigas “liberdades”, que lhes conferia uma ampla jurisdição criminal e civil; muitos aspectos da vida econômica e social ainda dependiam somente de sua autoridade

nos distantes condados de Cumberland, Northumberland, Durham ou Yorkshire.

Mas aqui, como na França, o declínio da aristocracia diante do poder real era inevitável, e a recuperação da monarquia soou o toque de morte das grandes potências feudais. Os enormes castelos-fortes, constantemente remodelados e ampliados durante a guerra civil, adaptados aos primórdios da artilharia, poderosamente equipados com armas e maquinaria, e ao mesmo tempo dotados de luxuosos apartamentos, entre os quais o grande salão, de proporções gigantescas, que era a peça central, ainda servia como um grande cenário para a vida senhorial. Típico a este respeito é o Castelo de Warwick, a fortaleza do “*kingmaker*”, com sua formidável fachada oriental, defendido por profundos fossos, um barbacã e as três enormes torres de César, do relógio e de Guy, de 42 metros de altura. No lado da cidade, as torres de Clarence e do Urso, mais baixas, equipada com canhões, contrastam com a agradável fachada com vista para o rio Avon, sobre a qual se abrem confortáveis e luminosos alojamentos. O edifício é um exemplo admirável do apogeu da arte militar medieval e uma síntese do poder guerreiro e do esplendor extravagante da aristocracia do século XV. Na mesma escala e no mesmo estilo, está o Castelo de Arundel em Sussex, sede da família Fitzalan, ou Kenilworth, perto de Coventry. Nas escadarias galesas, o castelo de Raglan, construído a partir de 1432 por William Herbert, duque de Pembroke, combinava graça e poder com sua enorme torre independente e muralhas ornamentadas; suas torres, pontilhadas com numerosas canhoneiras e flechas cruciformes, também eram decoradas com janelas geminadas e nichos contendo estátuas de imperadores romanos. Este esplêndido edifício, que poderia conter uma guarnição de 800 homens, só caiu em 1646, após um cerco que imobilizou um exército de 3.500 homens. Mais austeros são os grandes castelos do Norte: fortalezas gigantes como Alnwick, residência dos condes de Northumberland, protegidos por sua dupla muralha e suas torres adornadas com estátuas; Raby, sede da família Neville; Bamburgh, incrível massa de pedra erigida sobre um afloramento rochoso com vista para o Mar do Norte; Norham e Durham, pertencentes ao bispo desta última cidade, e a tantos outros, atualmente desaparecidos ou em ruínas.

Estes orgulhosos edifícios estavam, no entanto, vivendo sua última hora de glória. Apesar da destreza dos engenheiros militares, todos sabiam que

essas fachadas, por mais espessas que fossem, não durariam muito diante da artilharia real. Além disso, assim como o soberano, para fazer a guerra os grandes barões só podiam contar com tropas mercenárias, que eram muito caras. Ora, os ganhos estavam em baixa. Estavam acabadas as proveitosas campanhas da Guerra dos Cem Anos, os lucrativos anos de Crécy, Poitiers e Azincourt, de onde eram trazidos ricos prisioneiros que rendiam vultosos resgates, e os frutos da pilhagem das boas cidades da França. Estavam também terminados os bons anos de rendas senhoriais, que permitiam manter amplamente o modesto orçamento medieval. Os rendimentos da terra, frequentemente fixos, não haviam seguido a alta geral dos preços desencadeada pela devastação da peste negra e acelerada pelo desenvolvimento do comércio. Os reveses da guerra civil haviam amputado a herança; a corrida aos armamentos havia sido ruínosa: a armadura de torneio, luxo que atingiu seu apogeu no século XV, e que amiúde se fazia vir de Nuremberg ou de Milão, custava uma verdadeira fortuna.

O fasto da vida aristocrática de então excedia tudo o que se conhecia antes; não a pompa refinada das cortes italianas da mesma época, mas a pompa extravagante do outono da Idade Média, o luxo decadente de uma sociedade que estava morrendo, que se consumia nos excessos do gótico flamejante. Os próprios viajantes italianos ficaram estupefatos. As roupas de seda e as festas engoliram somas colossais de dinheiro. Em 6 de Janeiro de 1508, Eduardo Stafford, duque de Buckingham, celebrou suntuosamente a Epifania: 519 convidados ao meio-dia, 400 à noite; havia trovadores, músicos, acrobatas, montanhas de aves e de caça, elaborados pelos melhores cozinheiros e acompanhados com 521 quartos de cerveja (quase 600 litros). Os livros de contabilidade de Henrique Algernon Percy, quinto Conde de Northumberland (1478-1527), revelam a angústia financeira e a loucura de gastos destes grandes barões: uma casa com 166 criados e domésticos de todos os tipos custou-lhe 933 libras 6 *shillings* e 8 *pence* por ano, equivalente a um décimo quinto dos gastos da família real; o esplendor de seus castelos era proverbial; quando acompanhou o rei a França, foi seguido por um comboio de homens que se desfazia. Ele tinha uma casa de 166 criados e empregados domésticos de todas as classes, que lhe custavam 933 libras 6 *shillings* 8 *pence* por ano, o equivalente a um décimo quinto das despesas da casa real. O esplendor de seus castelos era proverbial; quando ele acompanhava o rei à

França, era seguido por uma comitiva esplêndida. Também não negligenciava as coisas da mente, mantendo manuscritos de poesia copiados e iluminados, uma biblioteca feminina e uma biblioteca de cavalheiros, além de dar guarida ao poeta Skelton. Quando morreu, deixou 13 libras, 6 *shillings* e 8 *pence* em dinheiro, e 17 mil libras em dívidas.

Em meados do século XV, os grandes nobres ficaram à mercê dos usuários e do rei, cujos domínios tinham sido ampliados pelos confiscos realizados durante a guerra civil, e cujos castelos, não menos vastos que os dos senhores feudais, estavam espalhados por todo o país. Os rendimentos dos pares do reino se escalonavam de 500 a mil libras por ano, e aqueles da nobreza média – cerca de 9 mil famílias – de 10 a 800 libras: estes são recursos insuficientes para se lançar em aventuras políticas ou guerreiras arriscadas. Esta foi talvez, sem contar as mudanças de fortuna que se seguiram à Guerra das Duas Rosas, a precariedade da situação política e a relativização moral desse fim de século, uma das causas do fracasso do ideal cavaleiresco. O espírito prático, exemplificado pelo rei, foi levado por muitos até o ponto de cinismo e total deslealdade. Neste reino do Norte, ainda pouco tocado pelos modos italianos, todos cultivaram o maquiavelismo que impregnou o ar da época. “A situação e as disposições

dos homens eram tais que não se podia dizer em quem confiar e a quem temer”, escreve Thomas More.

O duque de Buckingham havia encontrado excelentes razões para apoiar Eduardo IV, depois Ricardo III contra os seus sobrinhos, e outras ainda melhores para trair Ricardo em proveito de Henrique, achando-se mal recompensado pelos seus serviços. A lealdade cavaleiresca tinha vencido, o momento era do pragmatismo e o sucesso sorria para o mais astuto e o mais forte. Estes novos critérios de lealdade só poderiam servir para Henrique Tudor, vitorioso no campo de batalha, criado no exílio num clima de perpétuo desafio, e que tinha aproveitado, durante a sua longa estadia na França, as lições da velha raposa, Luís XI.

Se a nova dinastia podia tirar proveito do declínio irreversível da nobreza, também tinha pouco a temer da outra força tradicional, a Igreja. Nela também, a fachada permanecia imponente e luxuosa. As generosas contribuições da nobreza e dos mercadores aumentaram a já considerável fortuna global; permitiram a construção, ampliação ou conclusão dessas maravilhosas igrejas

paroquiais e capelas do estilo gótico flamengo, desses oratórios privados e dessas gigantescas catedrais de estilo perpendicular. A segunda metade do século XX assistiu ao florescimento das famosas abóbadas em leque, tão típicas da arte inglesa: as da catedral de Norwich, que o Bispo Goldwell dotou, pouco antes de 1500, de uma ousada Flecha de 105 metros de altura; a igreja da abadia de Bath, iniciada por William Vertue em 1499, e as incríveis rendas de pedra da capela do King's College em Cambridge, e a capela de Henrique VII na Abadia de Westminster. As instalações do coro circundavam as catedrais, cada uma mais magnífica do que a outra, sobretudo as do cardeal Beaufort e a do bispo Thomas Langton, em Winchester. As igrejas paroquiais não ficavam atrás: no rico distrito ocidental de Cotswolds, entre Bristol, Gloucester, Coventry e Oxford, cada uma delas tem a opulência de uma catedral. As fábricas paroquiais destas aldeias da indústria têxtil faziam abrir janelas enormes, construir pórticos monumentais, torres com campanários e pináculos; os mercadores multiplicavam os monumentos funerários multicoloridos. Em Gloucestershire, a igreja de Cirencester, com 60 metros de comprimento e trinta de largura; munida com uma torre quadrada em estilo perpendicular, data de 1400; a capela da Trindade foi acrescentada em 1430 pela corporação dos tecelões, assim como o pórtico norte; em 1450 a Capela da Virgem foi reconstruída; em 1500 o pórtico sul foi aumentado por dois andares de salas em estilo perpendicular, com janelas salientes; em 1508, a capela de Santa Catarina foi dotada de uma abóboda em leque; de 1515 a 1530 toda a nave foi reconstruída com grandes vãos perpendiculares tardios. E quantos casos semelhantes! Se a vitalidade da Igreja fosse medida pelo número de locais de construção e pela beleza dos monumentos, talvez nunca a Igreja da Inglaterra tenha estado mais viva do que no século XV.

Sua estrutura ainda era imponente, pois tinha duas províncias eclesiásticas, Canterbury (Cantuária) e York, dezenove enormes dioceses, 600 casas religiosas, uma multidão de paróquias, estimada, sem dúvida, com exagero, em 40 mil ou 50 mil pelos contemporâneos. “É o clero que tem influência sobre o país, tanto em tempos de paz quanto nos de guerra [...] e o ditado popular local que os padres são uma das três felizes gerações do mundo não deixa de ter fundamento”, declarava um embaixador veneziano. Os cargos políticos mais importantes, a começar pelo de chanceler, foram ocupados pelos bispos, que juntamente com os abades formaram os senhores

espirituais do parlamento. Os cargos políticos mais importantes, a começar pelo de chanceler, foram ocupados pelos bispos, que juntamente com os abades formavam os senhores espirituais no Parlamento. O clero tinha suas assembleias nacionais regulares e as Convocações, com competência para conferenciar com o rei.

Na verdade, o clero só poderia ser poderoso em acordo com o soberano. As eleições episcopais há muito se tinham tornado meras formalidades que levavam à consagração de bispos escolhidos pelo rei, essencialmente com base em critérios políticos. Desde os grandes conflitos do século XIII, que levaram aos estatutos de *Provisors*¹ e de *Praemunire*, que restringiam os direitos de Roma, o Papa contentava-se em aprovar as escolhas reais. Entre os fiéis, as velhas correntes heterodoxas que tinham surgido no século XIV com Wycliff e no XV com os *lollards*, criticando os poderes e a riqueza da Igreja, não haviam desaparecido. O observador italiano já citado aponta que os ingleses “não omitem nenhuma das formas que caracterizam os bons cristãos, porém têm muitas opiniões variadas em matéria de religião”. A propriedade da Igreja não deixava de atrair a cobiça dos leigos, especialmente as vastas construções e propriedades dos regulares, cujo número tinha diminuído para cerca de 7 mil monges e 2 mil freiras no final do século. Mais do que um papado distante e do qual se desconfiava, a monarquia foi o principal protetor de uma Igreja que estava na defensiva.

No final da Guerra das Duas Rosas, o poder real inglês, apesar das recentes mudanças, encontrava então circunstâncias extremamente favoráveis: cidades e zonas rurais cansadas da guerra, indiferentes ao seu resultado, e que aspiravam ao retorno da ordem; uma nobreza dizimada e empobrecida, cada vez mais dependente do governo; uma Igreja frágil, que estava mais do que nunca abrigada atrás do braço secular. Com um pouco de habilidade, o novo rei poderia assegurar os alicerces da sua dinastia. E a Henrique Tudor não faltava habilidade.

1 Estatutos de *Provisors* e *Praemunire*: leis que proibiam as nomeações para os benefícios eclesiásticos por “provisões” papais e recursos de clérigos ingleses nos tribunais romanos. Os primeiros foram votados em 1351 e 1353.

O PARLAMENTO: LIMITE E INSTRUMENTO DO PODER REAL

Além desta situação favorável, o Tudor tinha uma vantagem imensa sobre os seus homólogos europeus: seu reino tinha a estrutura política e administrativa mais avançada e eficiente da época. A máquina governamental inglesa era incontestavelmente a mais aperfeiçoada que se podia então encontrar. Não teria ela provado sua solidez ao emergir incólume de trinta anos de guerra civil? Sobre uma base anglo-saxã haviam se enxertado sucessivamente a robustez normanda, o realismo angevino dos Plantagenetas, e o espírito de compromisso de Henrique III e de Eduardo Primeiro. Henrique VII herdara um notável instrumento de poder. Ele adicionaria seu toque pessoal e legaria assim ao seu filho uma ferramenta perfeitamente afiada.

A maior originalidade do sistema inglês residia na divisão do poder entre o rei e o Parlamento, cuja relação, dependendo das circunstâncias, podia ser harmoniosa ou tensa.

Sob os Tudor, foi um idílio constante, até a escalada do puritanismo sob Elisabeth I.

O Parlamento, a partir de sua grande reunião oficial em 1295, representava teoricamente os três estados do reino. Os senhores espirituais eram então pouco numerosos: dois arcebispos, dezenove bispos e somente vinte e sete abades, que haviam sido setenta e cinco em 1305. Criaturas do rei, eles não manifestavam nenhuma oposição sob o reino de Henrique VII, e este não deixa de, a cada vacância de assento episcopal, especificar, nos capítulos de sua carta de “autorização de eleger”, o nome do candidato que lhe convinha. Quanto aos senhores temporais, na origem compreendiam apenas os condes (*earls*) e os barões. No século XIV se agregaram os duques (*dukes*) e os marqueses (*marquess*), títulos importados da França e que recompensaram certos fiéis servidores da monarquia: os duques da Lancaster, Clarence, Gloucester e York foram criados por Eduardo III, e o marquesato de Dublin, por Ricardo II. Esses títulos tinham apenas uma significação honorífica, e contrariamente à França, não implicavam nenhum poder territorial ou judiciário. O direito de participar da Câmara dos Lordes era hereditário, e não ligado à posse de alguma propriedade. O único privilégio desses senhores era, em caso de traição ou de rebelião, serem julgados pelos seus pares; para as ofensas menores, dependiam, como todo mundo, dos tribunais reais, mas eram isentos



da prisão por dívidas. A superioridade dos pares era então exclusivamente social, e em nenhum caso formavam uma ordem privilegiada. O rei tinha o direito de criar novos pares, mas raramente usava essa prerrogativa que, por herança, engajava o futuro. Os pares laicos também eram pouco numerosos: quarenta, no total, nos últimos anos do reino de Henrique VII.

Mais original ainda é a Câmara dos Comuns, composta por dois grupos de representantes eleitos: de um lado os cavaleiros, e de outro os cidadãos e os burgueses. Cada um dos 37 condados da Inglaterra elegia dois cavaleiros, escolhidos entre os gentis-homens (*gentlemen*), os escudeiros (*squires*) ou os cavaleiros investidos (*knights*) residentes no condado; os eleitores eram arrendatários livres de uma terra que trouxesse ao menos 40 *shillings* por ano, depois de pagas todas as taxas. Os arrendatários por aluguel (*leasesholders*) eram excluídos do voto, independentemente do valor de sua concessão. Sob Henrique VII, antes que se inicie a grande inflação do século XVI, uma renda de 40 *shillings* é ainda bem considerável para limitar o corpo eleitoral a um reduzido número de grandes e pequenos proprietários. Por fim, as localidades episcopais elegiam cidadãos, e certas cidades, portando o título de burgos (*boroughs*) elegiam os burgueses (*burgess*). O número de burgos era flutuante: no início do século XIV contavam-se 166, mas somente 99 em 1445: Henrique IV adiciona oito e Eduardo IV, cinco. A primeira Câmara dos Comuns de Henrique VIII agrupará 224 cidadãos e burgueses. De fato, o privilégio de ser um burgo não era muito procurado: além da manutenção do deputado durante a sessão parlamentar, a comunidade urbana assim honrada deveria suportar impostos mais elevados que o resto do condado. Algumas cidades particularmente importantes haviam obtido o título de condado. Cada uma possuía um xerife² e um sistema eleitoral particular, próximo daqueles dos verdadeiros *shires* (condados). Era o caso de Londres, a partir do século XII, de Bristol desde 1373, de York desde 1396, de Newcastle, Norwich, Lincoln, Hull, Southampton, Nottingham, Coventry, Canterbury, desde o século XV.

O privilégio eleitoral variava muito de um burgo ao outro, os mais oligárquicos sendo os mais recentes, reservando o direito de voto aos

2 Xerife: agente do poder real que data do período anglo-saxão, à frente de um condado (*shire*), de onde seu nome, *shire-reeve*, isto é, supervisor do condado. Antigamente detentor de uma ampla autoridade, pouco a pouco foi perdendo o essencial de suas atribuições, e no século XV é apenas um agente de justiça subalterno.